



ESCRITÓRIO REGIONAL PARA A **África**

**Organização  
Mundial da Saúde**

**AFR/RC64/INF.DOC/4**  
14 de Julho de 2014

**COMITÉ REGIONAL AFRICANO**

**ORIGINAL: INGLÊS**

Sexagésima quarta sessão  
Cotonou, República do Benim, 1–5 de Setembro 2014

Ponto 18.4 da ordem do dia provisória

**PROGRAMA PAN-AFRICANO PARA A ADAPTAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA  
ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: SITUAÇÃO ACTUAL E PERSPECTIVAS**

**Documento de informação**

**ÍNDICE**

	<b>Parágrafos</b>
ANTECEDENTES .....	1–3
PROGRESSOS REALIZADOS .....	4–9
ETAPAS SEGUINTEs .....	10–12

## ANTECEDENTES

1. As alterações climáticas são consideradas como uma importante ameaça global à saúde pública no século XXI.<sup>1</sup> O seu impacto será maior em contextos de recursos escassos, reduzida tecnologia e infra-estruturas frágeis, como é o caso em muitas áreas da Região África.<sup>2</sup> No sentido de mitigar esse impacto, a sexagésima primeira sessão do Comité Regional Africano da OMS adoptou, através da sua Resolução AFR/RC61/R2,<sup>3</sup> o Quadro Operacional para a Adaptação da Saúde Pública às Alterações Climáticas. Esse Quadro destina-se a orientar a formulação e a implementação da componente da saúde nos planos nacionais de adaptação às alterações climáticas. Nessa resolução, os países pediram à OMS que criasse um Programa Pan-Africano para a Adaptação da Saúde Pública às Alterações Climáticas.

2. Em consequência, a OMS criou em 2012 o Programa Pan-Africano como uma plataforma abrangente de coordenação da resposta do sector da saúde às necessidades de adaptação às alterações climáticas dos países africanos. Nele estão integradas as acções aprovadas no quadro de adaptação, nomeadamente avaliações para se estabelecer uma base de referência do risco e das capacidades, desenvolvimento de capacidades, vigilância integrada do ambiente e da saúde, sensibilização e mobilização social, reforço de parcerias e colaboração intersectorial, e investigação.

3. Este relatório tem por objectivo informar o Comité Regional da situação actual da implementação do Programa Pan-Africano. Põe em evidência os resultados mais salientes, os desafios fundamentais, e as actividades principais a desenvolver nos próximos anos.

## PROGRESSOS REALIZADOS

4. A OMS forneceu apoio técnico aos países na implementação do Programa Pan-Africano para a Adaptação da Saúde Pública às Alterações Climáticas. Os resultados incluem o reforço das parcerias e a colaboração intersectorial, maior advocacia, recursos aumentados e sistemas nacionais mais bem preparados para responder ao impacto das alterações climáticas na saúde pública.

5. Na Região Africana, a parceria e a colaboração entre o sector da saúde e os outros sectores reforçou-se. Em 2012, a Conferência Ministerial Africana sobre o Meio Ambiente<sup>4</sup> (AMCEN), sob os auspícios da Aliança Estratégica para a Saúde e o Ambiente, adoptou o Quadro Operacional. Em 2013, a OMS constituiu um Consórcio para o Clima e a Saúde em África, concebido como uma rede de instituições de apoio aos países africanos na gestão dos efeitos das alterações climáticas na saúde pública. Foi também reforçada a colaboração com a Organização Meteorológica Mundial por intermédio do Quadro Global para os Serviços de Clima.

6. Para além disso, a OMS empenhou-se na defesa de uma melhor representação da saúde nas políticas relacionadas com as alterações climáticas assim como nas estratégias de desenvolvimento, através da criação de uma estratégia de comunicação sobre alterações climáticas. No mesmo sentido, uma selecção de peritos em saúde pública oriundos de dez países africanos<sup>5</sup> recebeu uma formação

---

<sup>1</sup> Anthony Costello et al. Managing the health effects of climate change. *The Lancet* 2009; 373: 1693–1733.

<sup>2</sup> WHO, Global health Risks: Mortality and Burden of Disease attributable to selected major risks, Geneva, World Health Organization, 2009.

<sup>3</sup> Resolução AFR/RC61/R2, Quadro Operacional para a Adaptação da Saúde Pública às Alterações Climáticas na Região Africana. In: *Sexagésima primeira sessão, do Comité Regional Africano da OMS, Yamoussoukro, Côte d'Ivoire, 29 de Agosto–2 de Setembro de 2011. Relatório Final*. Brazzaville, Organização Mundial da Saúde, Escritório Regional para a África, 2011 (AFR/RC61/14), pp.8–10.

<sup>4</sup> A quarta Sessão Especial da Conferência Ministerial Africana sobre Meio Ambiente (AMCEN) adoptou a Decisão AMCEN/SS4/1 sobre Alterações climáticas e saúde.

<sup>5</sup> Cabo Verde, Lesoto, Mauritânia, Moçambique, Níger, Nigéria, República Centro-Africana, São Tomé e Príncipe, Tanzânia e Uganda.

em diplomacia das alterações climáticas e foi apoiada para poder representar a dimensão da saúde na Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP19).<sup>6</sup>

7. Os países africanos criaram mecanismos de coordenação intersectorial, para levar a cabo o planeamento e a implementação do Programa Pan-Africano. Até agora, 34 países criaram equipas especiais multisectoriais nacionais (CTT)<sup>7</sup> e concluíram a avaliação dos riscos ambientais para a saúde humana e aos seus sistemas de gestão, incluindo a vulnerabilidade às alterações climáticas. Os CTT deram a peritos de diversos sectores a possibilidade de trabalhar em conjunto no reforço da resiliência dos países, por meio do desenvolvimento e da implementação dos Planos Nacionais de Adaptação da Saúde (HNAP). A OMS apoiou até agora 42 países<sup>8</sup> no desenvolvimento dos seus HNAP, através da elaboração de um guia técnico e da organização de uma série de seminários para o desenvolvimento de capacidades.

8. No quadro da implementação dos seus HNAPs, sete países<sup>9</sup> foram apoiados no lançamento de projectos de grande envergadura sobre o impacto das alterações climáticas na desnutrição, nas doenças diarreicas e nas doenças transmitidas por vectores. Para além disso, a OMS apoia, desde 2012, em cinco países<sup>10</sup> uma iniciativa de investigação quinquenal sobre a vulnerabilidade da saúde das populações às doenças transmitidas por vectores, e sobre a resiliência das comunidades em condições de alteração climática. Estes projectos vão melhorar a compreensão dos efeitos das alterações climáticas na saúde local, produzir evidências e divulgar conhecimentos sobre medidas adequadas de adaptação local.

9. Apesar dos progressos realizados, a implementação do programa Pan-Africano continua a confrontar-se com vários desafios técnicos e institucionais a nível nacional. Nomeadamente uma capacidade técnica e científica limitada na área das alterações climáticas e da saúde, uma fraca abordagem integrada, um financiamento insuficiente, e uma advocacia inadequada do impacto das alterações climáticas na saúde.

## **ETAPAS SEGUINTES**

10. Os esforços terão de se centrar no futuro na expansão e consolidação dos progressos já realizados pelos Estados Membros e pela OMS. Por conseguinte, os países que ainda não criaram os seus CTT e aqueles que não possuem planos de adaptação serão apoiados para concluir esses processos. Simultaneamente, os países com planos nacionais de adaptação serão apoiados no sentido de acelerar a implementação desses planos. Nesse sentido, o desenvolvimento de capacidades, o reforço das parcerias, a colaboração intersectorial e uma intensificação da advocacia serão considerados como prioritários.

11. Com vista a desenvolver capacidades básicas nacionais, estão em curso planos de formação conjunta de peritos nacionais, que trabalham em sectores interligados como a saúde, o ambiente e a meteorologia, na utilização de dados climáticos para a vigilância das doenças e a alerta rápida. Esta abordagem integrada para o desenvolvimento de capacidades irá contribuir para reforçar as parcerias locais e a colaboração intersectorial. A estratégia de comunicação sobre alterações climáticas e saúde será também desenvolvida de modo a potenciar a advocacia.

12. Solicita-se ao Comité Regional que tome conhecimento deste relatório dos progressos.

---

<sup>6</sup> Décima nona sessão da Conferência das Partes (COP19) da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC), Novembro de 2013, Varsóvia, Polónia.

<sup>7</sup> Os principais sectores representados num CTT incluem a saúde, o ambiente, a agricultura, a universidade, a investigação e a gestão de recursos hídricos, assim como outras áreas associadas como a governação local, as organizações da sociedade civil e as ONG.

<sup>8</sup> Todos os países desenvolveram os seus HNAP excepto a Argélia, a República Democrática do Congo, o Ruanda, o Sudão do Sul e a Tanzânia.

<sup>9</sup> Etiópia, Malawi, Mali, Quénia e Tanzânia.

<sup>10</sup> África do Sul, Botsuana, Côte d'Ivoire, Quénia e Tanzânia.